

CARTA DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS AUDITORES FISCALIS AOS PRÉ-CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Brasília, 27 de julho de 2026

Excelentíssimo Senhor Pré-Candidato à Presidência da República, Ronaldo Ramos Caiado.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – **ANFIP Nacional**, a Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais – **FEBRAFITE**, a Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais – **FENAFIM**, a Federação Nacional dos Auditores Fiscais Tributários – **FENAT** e a **UNAFISCO Nacional** (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) cumprimentam Vossa Excelência e agradecem sua participação na sabatina promovida pelo *Correio Braziliense*.

As entidades signatárias representam milhares de Auditores Fiscais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ativos, aposentados e pensionistas, comprometidos com a construção de um Estado eficiente, transparente e capaz de promover justiça fiscal, desenvolvimento econômico e proteção social.

Entendemos que as eleições presidenciais representam uma oportunidade para o debate de propostas voltadas ao fortalecimento das instituições públicas. Nesse contexto, apresentamos as principais pautas consideradas essenciais para o aperfeiçoamento da Administração Pública e da Administração Tributária brasileira.

1. Valorização do Serviço Público

O fortalecimento do Estado passa necessariamente pela valorização de seus servidores.

Defendemos:

- a preservação da estabilidade como instrumento de proteção do interesse público;
- a realização permanente de concursos públicos para recomposição dos quadros;
- a rejeição de iniciativas que fragilizem as carreiras de Estado e comprometam a continuidade das políticas públicas;
- a modernização da gestão pública com foco em eficiência, inovação e resultados para a sociedade.

2. Fortalecimento da Administração Tributária

A Administração Tributária constitui função essencial ao funcionamento do Estado e ao financiamento das políticas públicas.

Nesse sentido, defendemos:

- investimentos permanentes em tecnologia, inteligência fiscal e infraestrutura;
- fortalecimento institucional dos órgãos fazendários;

- garantia de autonomia técnica para o exercício da atividade fiscal;
- participação efetiva das Administrações Tributárias na implementação da Reforma Tributária.

3. Fortalecimento da Aduana Brasileira e Dinamização do Comércio Exterior

O crescimento econômico, a inserção competitiva do Brasil no comércio internacional e a proteção da sociedade exigem uma Aduana moderna, eficiente e tecnologicamente estruturada.

A Aduana brasileira exerce papel estratégico não apenas na arrecadação tributária, mas também na proteção das fronteiras nacionais, no combate ao contrabando, ao descaminho, ao tráfico internacional de drogas, armas e mercadorias ilícitas, à pirataria, à lavagem de dinheiro e às fraudes no comércio exterior.

Ao mesmo tempo, uma Aduana eficiente representa importante instrumento de desenvolvimento econômico, promovendo maior competitividade das empresas brasileiras, redução do chamado “Custo Brasil”, segurança jurídica e facilitação das operações de importação e exportação.

Nesse contexto, defendemos:

- o fortalecimento institucional da Aduana Brasileira;
- investimentos permanentes em tecnologia, inteligência artificial, análise de risco, equipamentos de inspeção não intrusiva e modernização dos recintos alfandegados;
- ampliação dos quadros de Auditores Fiscais que atuam no controle aduaneiro;
- integração dos sistemas de controle com organismos nacionais e internacionais;
- simplificação e racionalização dos procedimentos aduaneiros, sem redução da segurança fiscal;
- fortalecimento do Portal Único do Comércio Exterior e das políticas de facilitação do comércio;
- adoção de medidas que reduzam o tempo de despacho aduaneiro, aumentem a previsibilidade das operações e estimulem investimentos produtivos.

Fortalecer a Aduana é proteger a sociedade brasileira, aumentar a competitividade do País e contribuir para o crescimento sustentável da economia nacional.

4. Implementação da Reforma Tributária com Segurança Jurídica

A Reforma Tributária representa um dos maiores desafios institucionais do país nas próximas décadas.

Sua implementação exige:

- participação efetiva dos Auditores Fiscais na estrutura de governança do IBS;
- fortalecimento do Comitê Gestor;
- criação e manutenção de fundos estruturais que assegurem o adequado financiamento das administrações tributárias;
- preservação da capacidade arrecadatória da União, Estados e Municípios.

5. Lei Orgânica Nacional da Administração Tributária

Defendemos a aprovação de uma Lei Orgânica Nacional que:

- fortaleça institucionalmente as Administrações Tributárias;
- estabeleça diretrizes nacionais para a carreira;
- assegure prerrogativas indispensáveis ao exercício da função fiscal;
- promova maior integração entre os fiscos federal, estadual e municipal.

6. Valorização da Carreira

A valorização da carreira dos Auditores Fiscais é condição indispensável para a eficiência da arrecadação tributária.

Nesse contexto, defendemos:

- recomposição das perdas remuneratórias acumuladas;
- regulamentação definitiva do Bônus de Eficiência;
- garantia do pagamento integral do bônus aos servidores ativos, aposentados e pensionistas;
- utilização dos recursos do FUNDAF para o aperfeiçoamento institucional e para ações voltadas à assistência dos servidores.

7. Direitos dos Aposentados e Pensionistas

As entidades reafirmam seu compromisso com os servidores que dedicaram suas vidas ao serviço público.

Defendemos:

- aprovação da PEC nº 6/2024 (PEC Social), que prevê a redução gradual e posterior extinção da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas;
- preservação da integralidade e da paridade;
- fortalecimento da assistência à saúde;
- criação do auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas.

8. Defesa da Saúde dos Servidores

É indispensável garantir segurança jurídica e sustentabilidade aos sistemas de assistência à saúde, evitando alterações unilaterais que prejudiquem servidores ativos, aposentados e pensionistas.

9. Justiça Fiscal para um Brasil mais desenvolvido

Uma administração tributária fortalecida combate a sonegação, reduz a concorrência desleal, amplia a arrecadação sem aumento de carga tributária e cria ambiente favorável ao desenvolvimento econômico.

Investir nas instituições fiscais significa investir:

- na educação;
- na saúde;
- na segurança pública;

- na infraestrutura;
- na redução das desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entidades signatárias reafirmam seu compromisso permanente com o fortalecimento das instituições democráticas, da Administração Tributária e do serviço público brasileiro.

Acreditamos que um Estado moderno, eficiente e fiscalmente equilibrado depende de administrações tributárias fortes, de servidores públicos valorizados e da preservação da segurança jurídica, pilares indispensáveis para o desenvolvimento econômico, a justiça social e a consolidação da cidadania.

Os Auditores Fiscais exercem função essencial ao Estado, sendo responsáveis por assegurar os recursos que financiam a saúde, a educação, a segurança pública, a previdência social, a infraestrutura e todas as políticas públicas voltadas ao bem-estar da população.

Colocamo-nos à disposição para colaborar tecnicamente com o próximo Governo na construção de soluções que fortaleçam a administração pública, aperfeiçoem o sistema tributário nacional e promovam maior eficiência na arrecadação e na gestão dos recursos públicos.

Na expectativa de que as propostas aqui apresentadas possam integrar a agenda nacional de desenvolvimento, agradecemos a atenção de Vossa Excelência.

COMPROMISSO COM O BRASIL

Por entendermos que as medidas aqui defendidas transcendem os interesses de uma categoria profissional e dizem respeito ao fortalecimento do Estado brasileiro, convidamos Vossa Excelência a assumir publicamente o compromisso de:

- 1. Fortalecer a Administração Tributária como função essencial ao Estado**, assegurando autonomia técnica, estrutura adequada e investimentos permanentes em tecnologia, inteligência fiscal e capacitação.
- 2. Fortalecer a Aduana Brasileira e promover a dinamização do comércio exterior**, mediante investimentos em infraestrutura, tecnologia, inteligência aduaneira, modernização dos controles de fronteira, ampliação dos quadros da Receita Federal e aperfeiçoamento dos mecanismos de facilitação do comércio internacional, assegurando maior competitividade à economia brasileira e proteção da sociedade.
- 3. Valorizar as carreiras típicas de Estado e o serviço público**, preservando a estabilidade, promovendo concursos públicos e garantindo condições para que os servidores desempenhem suas funções com independência e eficiência.
- 4. Regulamentar definitivamente o Bônus de Eficiência e Produtividade**, assegurando, no âmbito da Receita Federal, sua implementação integral para Auditores Fiscais ativos, aposentados e pensionistas, bem como a adequada utilização dos recursos do FUNDAF.
- 5. Apoiar a aprovação da Lei Orgânica Nacional da Administração Tributária (LOAT)**, fortalecendo institucionalmente os fiscos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e conferindo maior segurança jurídica às atividades fiscais.
- 6. Defender os direitos dos aposentados e pensionistas do serviço público**, apoiando a aprovação da PEC nº 6/2024 (PEC Social), preservando a paridade, a integralidade e promovendo medidas de proteção à saúde e à qualidade de vida desses servidores.

7. Assegurar a participação efetiva dos Auditores Fiscais na implementação da Reforma Tributária, especialmente na governança do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que diz respeito aos Auditores Fiscais dos Estados e dos Municípios, garantindo recursos suficientes para o funcionamento das administrações tributárias.

8. Promover uma política permanente de fortalecimento do combate à sonegação, à fraude fiscal, aos ilícitos tributários e à evasão de receitas públicas, reconhecendo que uma Administração Tributária eficiente constitui instrumento essencial para ampliar a arrecadação sem aumento da carga tributária, reduzir desigualdades, assegurar concorrência leal e financiar adequadamente as políticas públicas.

Estamos convencidos de que o compromisso com esses princípios representa um compromisso com um Brasil mais justo, mais eficiente, socialmente responsável e fiscalmente sustentável.

Receba nossos cumprimentos e votos de pleno êxito em sua trajetória.

Atenciosamente,

ANFIP Nacional – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

FEBRAFITE – Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais

FENAFIM – Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais

FENAT – Federação Nacional dos Auditores Fiscais Tributários

UNAFISCO Nacional – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil